

STF começa julgamento pelos R\$ 51 milhões atribuídos a Geddel

24/09/2019

A 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal começou a analisar nesta terça-feira (24/9) o processo contra o deputado federal Lúcio Vieira Lima e o irmão Geddel Vieira Lima. A ação trata dos R\$ 51 milhões encontrados em um apartamento em Salvador. A sessão foi suspensa e volta no dia 1º de outubro.

Divulgação/PF



Apartamento em Salvador onde foram encontrados mais de R\$ 51 milhões
Divulgação/PF

Lúcio e o ex-ministro respondem, juntamente com Job Ribeiro Brandão e Luiz Fernando Machado da Costa Filho, pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa.

A sessão contou com quatro sustentações orais, além da leitura do relatório pelo relator, ministro Luiz Edson Fachin.

O primeiro a fazer sustentação foi o subprocurador-geral da República, **Antonio Carlos Bigonha**. Para ele, há a existência de provas de práticas criminosas ocorridas entre 2010 e 2017, quando foram apreendidos R\$ 51 milhões em espécie.

"A multiplicidade de atos criminosos de lavagens revela uma personalidade voltada ao crime, à lesão à moralidade, à administração da justiça e da própria ordem econômica, bens jurídicos tutelados pelo pluriofensivo delito de lavagem", disse.

O advogado **Felipe Dalleprane**, que representa Job Ribeiro Brandão, afirmou que seu cliente é inocente e uma eventual condenação seria injusta. "O que se busca aqui é mostrar que não há um lastro mínimo de provas para que ele seja condenado", disse. No fim, pediu o perdão judicial para extinção de punibilidade.

O advogado **César de Faria** representou o réu Luiz Fernando. Segundo ele, "nada da denúncia contra o réu está provado". O advogado **Gamil Föppel**, que representa Lúcio Vieira Lima e Geddel Vieira Lima, lembrou que Geddel está preso há dois anos e afirmou que o processo tem vários pontos "inconsistentes".

"A defesa crê que se há diversas ilegalidades processuais. É obsessão, querem mandar para a cadeia", afirmou.

Denúncia

Geddel e Lúcio se **tornaram réus** em maio de 2018 pelos crimes de lavagem de dinheiro e associação criminosa. Quando o STF aceitou a denúncia oferecida pela Procuradoria Geral da República, o advogado Gamil Föppel, responsável pela defesa deles, criticou o fato de a denúncia anônima sobre o dinheiro no apartamento ter sido recebida por policiais que não foram identificados na investigação.

Segundo a Procuradoria-Geral da República, o grupo tentou simular operações financeiras para esconder repasses de propina para Geddel por corrupção na Caixa Econômica Federal, vantagens indevidas do grupo Odebrecht e desvios de



remunerações de secretários da Câmara dos Deputados.

A denúncia afirma que o dinheiro em espécie estava guardado desde 2010 na casa da mãe de Geddel e, quando foram transportados para outro imóvel em Salvador, a Polícia Federal encontrou as malas durante cumprimento de mandado de busca e apreensão.

A PGR afirma ter reunido amplo conjunto probatório, como documentos, testemunhas, quebras de sigilo e perícias técnicas nas notas e nas malas.

AP 1.030

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2019-set-24/stf-comeca-julgamento-pelos-51-milhoes-atribuidos-geddel/>